

# INFORME

Ponto

de  
Vista

Há quem considere a economia a ciência da manipulação, da falácia. Como se todos os economistas, e nas suas linhas ideológicas as mais conflitantes, pensassem exatamente igual.

A ciência econômica seguramente tem os seus manipuladores e falaciosos e, como as demais ciências sociais, a economia se coloca bem no centro das contradições humanas.

A ciência em geral retrata a sociedade em geral. Como toda ciência, a economia expressa os caprichos humanos, o espírito dúbio do ser humano, em suma: a ciência econômica é o bicho homem gerando ideologias, inclusive preconceitos ideológicos.

Vejam uma situação concreta: a economia do Real, a moeda brasileira ora dominada pela baixa inflação. Não se pode debitar à ciência econômica o que o Real tem de enganoso. Jogam sobre os ombros largos da economia todas as mazelas de um quadro econômico colocado numa moldura política, com fins e objetivos programados pelos que exercem domínio sobre a riqueza.

O que pretende o Real? Cabe aos economistas oferecer a resposta adequada. Há muitas maneiras de analisar, interpretar e concluir cientificamente sobre o significado e as conseqüências da política de estabilização da nova moeda brasileira. Os enfoques são os mais diferenciados. Cada cabeça, uma sentença. E a economia, nesse particular, é apenas a base teórica para basear esse esforço de análise e compreensão.



*A Universidade precisa mudar para sobreviver.*

**Prefeito de Teresina  
Firmino Filho  
Especial *pág. 8***

**Alunos do Curso de Economia  
nas *páginas 2 e 3***

**Universidade- Empresa: Uma  
boa parceria *pág. 7***

**O Economista e a História  
*pág. 4***

**CORECON-PI: Compromisso  
com a pós-modernidade  
*pág. 11***

*Confira indicadores *pág. 12**

**C  
O  
N  
Ô  
M  
I  
C  
O**

## CORREFOLIA: UMA MICARETA EM XEQUE

MOACYR FERRAZ DO LAGO\*

No término da Micarina 97, o prefeito e professor Firmino Filho declarou, satisfeito com o sucesso do carnaval fora de época que por quatro dias monopolizou as atenções dos teresinenses, que Teresina, não tendo a sorte de ser abençoada com atrações naturais ou históricas, deveria especializar sua indústria do turismo em oferecer turismo de eventos. Nada mais certo, Teresina possui uma estrutura considerável de hotéis, pontos de reunião e eventos e uma razoável vida noturna, que propicia o entretenimento necessário como complemento dos eventos que não têm por objetivo a diversão, além da quase inexistência de opções permanentes durante o dia, o que garante a total atenção dos participantes no evento em si. Contudo, é importante ficar vigilante às armadilhas que eventos como carnavais fora de época podem esconder. Um exemplo contundente é o Correfolia.

*Teresina possui uma estrutura considerável de hotéis, pontos de reunião e eventos.*

Em julho deste ano, em sua terceira versão, o Correfolia demonstrou que não é lá um grande negócio para a cidade, para seus promotores e para os foliões que dele participam. Luis Correia e Parnaíba, que nunca conseguiram beneficiar-se totalmente do turismo durante o período de férias, principalmente no mês de julho, seja por falta de ambição dos parnaibanos e luis-correienses, permitindo que a circulação de capital durante o período de férias ficasse principalmente nas mãos de teresinenses, viram os 31 dias das férias de julho, a melhor época do ano para o turismo no litoral, serem reduzidos aos 4 dias do Correfolia, evento patrocinado e organizado por teresinenses, que terminam por apropriarem-se dos lucros do

Outro aspecto também é motivo de preocupação: o Correfolia pode ser considerado, respeitadas as proporções, um dos carnavais fora de época mais dispendiosos do Brasil para o folião. O evento é frequentado principalmente por teresinenses (a participação de foliões de outras cidades e estados ainda é mínima), que, além do custo do kit-abadá, tem despesas adicionais de traslado Teresina-Luis Correia, hospedagem, alimentação e atividades comuns às cidades praianas, além de que a sua maioria é constituída por adolescentes e jovens com limitadas disponibilidades financeiras.

Pela viabilidade do evento em si, não se pode dizer com convicção que ele tem dado o retorno esperado. A venda de kits-abadá neste ano ficou aquém do esperado, com um dos blocos distribuindo-os gratuitamente para que o mesmo não deixasse de desfilar na avenida por falta de foliões. Parece que a data do evento, a uma semana do Fortal, o maior e mais famoso carnaval fora de época do Brasil, realizado em Fortaleza, a poucas horas de viagem, contribui significativamente para o esvaziamento do evento.

Concluindo, é improvável que o Correfolia sobreviva até o ano 2000, pelo menos durante o mês de julho. Ele foi uma idéia que nasceu errada e que precisará de muitas mudanças se quiser sobreviver. Já surgem informações não confirmadas de que a prefeitura de Luis Correia não pretende renovar o contrato que permite a realização do evento a partir de 1999. E o fato de a TV Rádio Clube, sua principal promotora, pretende promover, em 1998, um pré-carnaval em Teresina, pode significar que a mesma está a procura de um evento substituto •

MOACYR FERRAZ DO LAGO é aluno do Curso de Economia.

## INTERESSE NACIONAL

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA\*

A atual conjuntura brasileira vive um momento de grande singularidade. Pela primeira vez desde a abertura política o povo brasileiro tem a chance de reeleger um dirigente. Está lançado aos brasileiros a oportunidade de dar ou não a continuidade de poder ao presidente.

O que a todo instante se chama de democracia, é nada mais do que casuismo e uma tentativa eficaz de implementação do projeto de reestruturação do capitalismo mundial. O país passa por um momento crucial e bastante comprometedor.

Fernando Henrique Cardoso, homem transformado em fórmula - FHC, pela alquimia neoliberal perdeu toda sua coerência em favor de interesses contrários aos que ele sempre lutou. O presidente virou todo o seu pensamento construído durante toda a sua vida política e acadêmica para o lado que ele combatia radicalmente.

Hoje se observa FHC defendendo com afincado e implementando a duras penas para o povo brasileiro um projeto político-econômico de faceta social e modernizante, inclusive passando por cima de todos aqueles que em uma verdadeira democracia tem o pleno direito de contestá-lo.

Percebe-se claramente que o presidente trabalha intensivamente para por em prática as ordens impostas pelo grande capital estrangeiro. A política fundomonetarista adotada pelo Governo Federal prevê uma série de ataques na economia dos países da América Latina, levando ao aumento do desemprego e a extinção das conquistas sociais.

O presidente da República acatou as regras ditadas pelo neoliberalismo através dos "dez mandamentos" do Consenso de Washington. Deixou de lado todas as preocupações com o desenvolvimento interno e voltou-se inteiramente em atender aos propósitos dos grandes capitalistas estrangeiros.

Por tudo isso fica evidente que o país não precisa da reeleição de Fernando Henrique. O Brasil necessita de uma proposta, uma política que evidencie os interesses verdadeiramente nacionais, e não dê mais uma dentada como tantas já sofridas •

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA é aluno do Curso de Economia e membro do Centro Acadêmico.

# GLOBALIZAÇÃO EMPREGO E TECNOLOGIA COOPERATIVA

PAULO DE TARSO MUNIZ CORRÊA\*

**A**o refletirmos sobre a lógica da globalização competitiva dos mercados mundiais em pleno vigor na conjuntura atual, constatamos que a mesma se funda na tecnologia avançada, crescimento econômico com alta concentração de renda e desemprego flagrante na maioria das nações de economia de mercado. Em razão disto esta reflexão nos leva a uma análise de cunho mais profundo. Primeiro, a grande questão não é a globalização em si, mas esta globalização como está posta, estabelecida de cima para baixo, privilegiando o capital em detrimento do "TRABALHO", fonte primordial de toda riqueza gerada pelo homem.

Segundo, que uma outra mundialização de caráter essencialmente cooperativo e solidário entre as nações, não só seria possível, mas talvez já se encontre em processo de gestação em alguns países mais avançados.

Poderíamos supor que o caminho de baixo para cima, seria aquele que maior viabilidade e benefício nos apresenta neste final de século e início de milênio. Nesta linha de raciocínio, podemos conceber cada cidadão como um centro gerador do desenvolvimento de si mesmo e das coletividades a que pertence. E sempre nesta perspectiva, acreditarmos que cada comunidade humana nos permite acenar para um outro tipo de lógica globalizante, edificada a partir da cidadania de cada um e do conjunto dos cidadãos de cada contingente social. Neste contexto a noção de uma Globalidade assentada na cooperação e complementação dos atores sociais sobressai-se, mediante ações e procedimentos voltados para a prática da cidadania plena e participativa.

Utopia? - Talvez pareça, todavia não nos esqueçamos de que as deliberações político-econômicas, não estão submetidas a um determinismo rígido, o que por sua vez, abre amplas possibilidades de alterações ou mudanças significativas na estrutura sócio-econômica das sociedades contemporâneas •

PAULO DE TARSO MUNIZ é aluno do Curso de Economia do CMRV - Parnaíba - PI.

LEONARDO MORAES JUNIOR\*

**U**m dos principais problemas do mundo contemporâneo está relacionado com a diminuição estrutural dos níveis de emprego, ou seja, empregos que em grande parte não retornarão num novo ciclo de crescimento da economia.

As origens desse processo podem ser encontradas no final dos anos sessenta, com o início de uma mudança no cenário internacional, quando os Estados Unidos passam a sofrer intensamente a concorrência da economia européia, liderada pela Alemanha, e japonesa, que assumem a vanguarda da renovação tecnológica, como condição de garantir o nível de competitividade internacional. O avanço tecnológico, portanto, é variável fundamental para explicar parte considerável do desemprego hoje existente, bem como no aumento do nível de produtividade das empresas e na qualidade dos serviços oferecidos.

Nas últimas décadas do século XIX com o advento do taylorismo generalizou-se o uso de máquinas em grandes unidades produtivas e com a noção de "tempo útil" de sua teoria, o trabalhador se torna cada vez mais acessório da máquina. Mas a melhor combinação dos elementos homem e máquina parece ser alcançado no atual momento do capitalismo, quando um novo paradigma de produção industrial despoenta associando-os de forma mais eficiente.

As indústrias passam por um processo de reestruturação que, a nível da dinâmica do processo produtivo tem por base o desenvolvimento tecnológico digital de base microeletrônica e, a nível da organização do processo industrial, a mudança na gestão da mão-de-obra.

O desenvolvimento de tecnologias com importância determinante do complexo eletrônico apresenta-se como "uma verdadeira destruição criadora schumpeteriana" segundo Jorge Mattoso. por outro lado, Jeremi Rifkin observa seu impacto sobre a organização da atividade econômica, onde *softwares* mais avançados estão invadindo a última esfera humana — os domínios da mente, sentenciando: "enquanto as primeiras tecnologias substituíam a força física do homem, as novas tecnologias baseadas no

computador prometem substituir a própria humana, colocando máquinas inteligentes no lugar de seres humanos em toda a escala da atividade econômica".

Para o trabalho, os resultados desse processo tem se mostrados adversos, principalmente no que se refere à redução do número de empregos disponíveis, manifestando-se de forma diferenciada, segundo a extensão e a profundidade de reestruturação sofrida e o grau de avanço do desenvolvimento tecnológico do país. Ao mesmo tempo a reestruturação gera dois tipos de empregados, aqueles com grande qualificação, ocupando posições estratégicas e trabalhando com novas tecnologias, tendo por isso melhores condições de trabalho e de salários, e aqueles com empregos de baixa qualidade, condições de trabalho insatisfatórias, baixa produtividade e, conseqüentemente, baixos salários. Acrescente-se ainda, a revolução administrativa por que passa a gestão da mão-de-obra, com técnicas como just-in-time, qualidade total, kaban, entre outras que são responsáveis pela mudança no perfil do trabalhador.

Naturalmente, todas as questões acima abordadas carecem de um maior aprofundamento, principalmente devido às controvérsias que suscitam e também às diferenças de manifestações desse fenômeno nos diversos países, daí o objetivo do presente texto converter-se apenas num início de discussão •

LEONARDO MORAES JUNIOR é aluno do Curso de Ciências Econômicas

## ERRATA

O texto *Emprego e Tecnologia* do aluno Leonardo Moraes Junior foi publicado incompleto na edição anterior. Agora republicamos na íntegra.

## ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (CUSTO DE VIDA)

O índice de preços ao consumidor (custo de vida) - Teresina, calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, apresentou ao longo do mês de setembro/97, um crescimento médio de 0,69%. Isto comparado ao nível de preços praticados no último mês de agosto.

Com esta variação média de 0,69% do IPC-Teresina verificada em setembro/97, o percentual acumulado no ano sobe para 6,66%, a variação acumulada nos últimos seis meses ficou em 3,66% e o percentual no período outubro/96 a setembro/97, ou seja nos últimos doze meses atingiu 10,30%.

Em relação especificamente a composição deste índice, verificou-se uma forte pressão dos Grupos Alimentação e Vestuário que cresceram 0,88% e 1,86% respectivamente, enquanto que, os outros grupos tiveram crescimento inferiores a média geral que foi de 0,69%.

GRUPOS	PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO	VARIACÃO PERCENTUAL MENSAL		
		SET/96	AGO/97	SET/97
ALIMENTAÇÃO	41,93	0,86	-0,65	0,88
No domicílio	38,67	0,95	-0,63	0,79
Fora do domicílio	3,31	-0,65	-0,84	1,96
HABITAÇÃO	13,25	0,18	0,20	0,07
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	5,43	0,50	0,66	0,35
VESTUÁRIO	8,36	0,94	-0,21	1,80
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	41,69	-0,05	0,21	0,07
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	8,99	0,85	0,28	0,09
SERVIÇOS PESSOAIS	10,33	0,67	-0,06	1,15
ÍNDICE GERAL	100,00	0,62	-0,18	0,69

GRUPOS	VARIACÃO PERCENTUAL ACUMULADA			NÚMERO-ÍNDICE Base: Jan/94=100
	No	Últimos	Últimos	
	Ano	6 Meses	12 Meses	
ALIMENTAÇÃO	2,61	-0,80	6,21	175,94
No domicílio	2,55	-0,91	6,23	168,55
Fora do domicílio	2,95	0,39	5,62	279,91
HABITAÇÃO	6,24	5,10	6,60	144,12
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	3,38	-0,50	8,72	177,65
VESTUÁRIO	8,64	6,77	15,66	329,67
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	22,98	17,54	28,52	233,31
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	8,22	4,81	11,96	169,10
SERVIÇOS PESSOAIS	4,51	2,82	7,06	190,05
ÍNDICE	6,66	3,66	10,30	187,56

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

## O ECONOMISTA E A HISTÓRIA

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA\*

Compreender nosso presente implica em dominar o conhecimento do nosso passado. É por isso que voltamos nossos olhos para o ontem, para buscar as raízes de nossa sociedade e sua influência sobre o processo de desenvolvimento de nosso povo. É para isto que a História existe. Para desvelar o que está oculto, para que possamos ajudar a construir uma nova história. Mas nossa compreensão do mundo depende do nosso pensar e agir e deles dependem a construção de um presente e um futuro diferente. Se queremos um amanhã como o hoje esqueçamos o ontem. Ou façamos esquecer o ontem. Esta aliás, tem sido a forma de pensar e de agir daqueles que vestidos da arrogância do falso saber se intitularam produtores de conhecimento. São estes dublês de cientistas que ditaram com autoritarismo o que devíamos saber sobre nossa terra e nossos ancestrais. Que criaram um sistema educativo baseado na submissão e opressão. Que legaram a gerações apenas insegurança e ignorância sobre sua história.

(...) "criaram um sistema educativo baseado na submissão e opressão".

Os cientistas que construíram a história oficial deste país tinham um propósito: esconder as mais variadas formas de violência praticadas pela elite contra o povo. Os livros didáticos que lemos e as aulas que ouvimos em silêncio retratavam na verdade a vergonha, de quem escrevia e falava, para expressar claramente sua comunhão com o ideário dominante. A nossa história foi repassada como uma história sem importância, que nós brasileiros temos "a memória fraca" e que por isto mesmo nossos alunos não precisavam aprender história, quando muito bastava "decorar". Muitos professores continuam ensinando o que aprenderam, exatamente como aprenderam.

Muitos educadores buscaram aprender muito mais sobre a história e sobre a vida. Descobriram sobretudo o respeito por quem estava aprendendo porque eles se descobriram eternos aprendizes. Estes educadores optaram por construir uma outra história nas salas de aula, uma outra história. Eles voltaram-se para o passado buscando revelar o que estava oculto aos nossos olhos, o que nos foi escondido. Buscaram e estão buscando escrever e discutir uma história em que o povo passe a ser sujeito, em que a vida seja vista como um processo evolutivo com passado, presente e futuro. Estes educadores sabem da importância do nosso passado como referência de vida individual e coletiva. Sabem que conhecendo o que fomos e o que fizemos, podemos compreender a realidade e planejar um futuro com segurança e autonomia. Conhecer a história do seu povo é indispensável a qualquer cidadão, tanto mais quando este é um profissional que pode mudar o curso da história de seu povo.

(...)“precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento”.

Nós professores e economistas piauienses precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento. Precisamos deixar de ser meros reprodutores de idéias e passarmos a gerar nossas próprias reflexões. Um bom começo é nos voltarmos para história do Piauí. Neste particular, as análises recentes e discussões ainda reproduzem as mesmas fontes, a maioria geradas sem o menor conhecimento científico. A história do Piauí precisa ser (re)escrita ●

*SOLIMAR OLIVEIRA LIMA* é professor de Economia da UFPI, Mestre em História do Brasil pela PUC/RS, Pesquisador do Núcleo sobre Africanidades e Afrodescendência - IFARADÁ/CCHL e doutorando em História do Brasil/PUCRS.

## O AVANÇO E SUPREMACIA NEOLIBERAL NA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA

*SAMUEL COSTA FILHO\**

Na década atual presenciamos a supremacia de propostas e recomendações neoliberais para América Latina. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização da economia e de seus benefícios ilimitados para toda região.

Afirma-se ainda que quem ficar a margem desse processo de aceleração capitalista estará condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso a capital e as novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. O resultado é que as economias nacionais perdem importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

A ideologia liberal que voltara a predominar nos Estados Unidos governado por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira ministra Margaret Thatcher se espalha pelo mundo. Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a onda privatizante começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passam a dominar a cena.

O sucesso inicial do Plano Real deu margem a vitória do governo de Fernando Henrique Cardoso que prosseguiu na linha liberalizante tentando moldar a economia, o Estado e a sociedade. O “Projeto Nacional” atualmente em execução visa aprovar e promover reformas que reduzam o papel e a ação do Estado, transformem nossa economia e reduzam o “custo Brasil” (impostos, burocracia e infraestrutura).

No que diz respeito às políticas regionais o governo federal lançou o chamado “Projeto Nordeste”. Este projeto previa a liberação de recursos (11 bilhões de reais até 1998) para onze áreas de atuação, desde a criação de empregos, redução da mortalidade infantil até a solução para o velho problema hídrico. Segundo a revista *Veja* (1997, n. 1, p. 12) este projeto ficou só na promessa.

O quadro atual parece revelar uma situação em que só existem duas alternativas para o Brasil. A primeira, defendida pelo governo e seus aliados seria a modernizante. Do outro lado, teríamos os conservadores ou o atraso.

Os defensores da modernização são a favor da privatização, desregulamentação, abertura comercial e do Estado Mínimo com manutenção dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, justiça, política, etc; ficando o mercado encarregado de elevar a eficiência da economia. Por acarretar e acelerar a modernização, isso seria o novo e moderno segundo o discurso governamental. Os que defendem o Estado, as estatais, o nacionalismo, e elevação da tributação das camadas mais ricas da população estaria do lado do atraso (os dinossauros) e tendem querer congelar a modernização.

Todavia, convém ressaltar que não estamos presos somente aos dois extremos anteriormente citados e urge uma mudança nesse modelo modernizante de desenvolvimento, pois continuamos na via de crescimento apoiada com recursos externos e que tem beneficiado só as elites de nossa população. Se faz necessário resgatar políticas e criar “um novo estilo de desenvolvimento”, e dentro deste quadro recolocar as questões que digam respeito a maioria do povo brasileiro (certamente dentre elas estarão as disparidades sociais e regionais gritantes de nosso país, a questão agrária, etc.).

Assim, nesse momento devemos não somente criticar a política de modernização imposta a nossa economia e sociedade, mas, estamos na obrigação de formular um projeto novo e alternativo de desenvolvimento nacional que viabilize a transformação produtiva e equidade social. A autodeterminação humana e sua ação criativa não devem acomodar-se e sujeitar-se passivamente a decantada globalização. É necessário reafirmar a não existência de uma lógica econômica inexorável que nos imponha uma integração subordinada no contexto econômico internacional. Além do que o ajuste neoliberal implementado é concentrador e excludente ●

*SAMUEL COSTA FILHO* é professor de Economia da UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN/UFC e doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

# UNIVERSIDADE PÚBLICA BR UMA ALTERNATIVA DE SOBREV

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA\*

*"As descobertas feitas nas universidades são comumente concebidas como tendo sido originadas na finalidade de podermos curar doenças, melhorar a educação, manter o pleno emprego e construir melhores ratoeiras".*

Esta observação de Kenneth Minogue, manifestada em seu livro: O Conceito de Universidade, traduz sarcasticamente o equivocado senso comum sobre o papel das instituições universitárias enquanto geradoras de ciência e tecnologia. Até por uma questão filosófica, a concepção do conhecimento na universidade, ao contrário do exercido nos laboratórios industriais, sempre extrapolou a preocupação com produção voltada simplesmente à solução de problemas técnico-emergenciais ou disputa por nichos de mercado. Consequentemente, na Academia o "fazer pensar" se sobrepôs ao "pensar fazer" e durante séculos esta linha de raciocínio não foi contestada, gerando a crítica (discutível) que atualmente se ouve de que nessas instituições "muito se pensa e quase nada se faz de concreto".

Hoje, as preocupações com a aplicabilidade dos conhecimentos gerados na universidade estão se difundindo rapidamente e colocando na berlinda a eficácia de sua missão institucional enquanto promotora de desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o dinamismo econômico, acirrado pelo fenômeno da globalização, vai minando gradativamente os gastos públicos em educação formal, que por sua especificidade, é um investimento de longo prazo de maturação, levando o Estado a priorizar projetos imediatistas. Importar - inclusive ciência e tecnologia - ficou mais "fácil" que produzi-las. Nesse contexto, torna-se cada vez mais difícil viabilizar a produção científica das universidades pois, em virtude da rigidez metodológica de suas pesquisas, sempre estiveram mais preocupadas com a profundidade e consistência de seus estudos que com prazos ou retorno financeiro.

A crise financeira que se abateu sobre as nossas universidades e institutos oficiais de pesquisas manifestou-se como maior intensidade a partir do acirramento da disputa internacional pela competitividade, em meados da década de 80. Os investimentos oficiais em ciência e tecnologia foram reduzidos de 0,7% do PIB em 1982 para 0,4% em 94 e para 0,3% em 95.

O desdobraimento desse processo de desmonte da universidade pública, promovido atualmente pelo governo federal, deverá desencadear uma seleção darwiniana entre as instituições onde as que não se reestruturarem e se modernizarem ficarão à deriva. Essa modernização envolverá, necessariamente, a profissionalização da

gestão acadêmica em todos os níveis, para que se torne possível a difusão de uma cultura organizacional sintonizada com as atuais tendências de internacionalização científica e tecnológica, e a conquista de fontes alternativas de recursos que possibilitem a redução da quase total dependência das instituições ao orçamento da União. Nesse novo cenário as resistências xenófobas não terão lugar e o compromisso com resultados deverá ser o novo balizador da produção acadêmica. Apesar da sinalização para o perigo - em virtude da diminuição dos repasses oficiais - em grande parte de nossa IFES não se tem verificado nenhuma movimentação efetiva no sentido da busca de maior autonomia financeira via prestação de serviços ou geração de tecnologia que correspondam às expectativas e anseios do setor empresarial.

Embora seja um procedimento comum em outros países, principalmente nos mais desenvolvidos, a integração universidade/empresa ainda não é uma prática corriqueira em nossa cultura acadêmica. Diversos fatores contribuem para gerar preconceitos e desconfiança mútua entre ambas. As diferenças entre os dois segmentos envolvem sérios conflitos de objetivos, constituindo-se em barreiras para a transferência dos recursos privados tão necessários à manutenção das instituições universitárias na atual conjuntura. Sobre o assunto, já se manifestava o professor e pesquisador do Instituto de Física da UNICAMP, José Ellis Ripper Filho, em artigo publicado na revista *Ciência Hoje*, editada pela SBPC em outubro de 1991:

*"Do ponto de vista da empresa, a universidade é pouco eficiente: não atinge seus objetivos em prazos ideais e a custos razoáveis. Do ponto de vista da universidade, os projetos propostos pela empresa não são interessantes; não favorecem o trabalho de capacitação do aluno. Com raras exceções, quando a empresa contrata a universidade para fazer uma pesquisa, a vocação de uma delas, ou de ambas, está sendo violentada (...) Como qualquer relacionamento, a interação entre as duas instituições só é estável se representar benefícios para ambas em termos de seus objetivos básicos. Esses benefícios devem ser maiores que a energia requerida pela interação, ou seja, esta deve favorecer, de modo direto ou indireto, o trabalho da universidade (formar recursos humanos) e o da empresa (gerar lucros)".*

Neste final de século, e de milênio, o grande desafio a ser enfrentado pela universidade será conseguir manter a harmonia entre os objetivos científicos da instituição e os interesses mercadológicos da clientela. O cliente externo (empresas públicas e privadas)

espera receber profissionais competentes e identificados com os novos paradigmas das concepções plurais do conhecimento. Espera, ainda, ferramentas científicas e tecnológicas de vanguarda que as torne modernas e competitivas. O cliente interno (aluno), por sua vez, almeja receber uma formação crítico-constructiva no âmbito de sua especialização, aliada a uma visão sistêmica do contexto de um ambiente profissional em acelerada mutação. Neste sentido, assim se manifestou a professora e pesquisadora do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, Lia Hasenclever, em artigo intitulado *"Como formar economistas para a globalização"* publicado pela *Revista Rumos* em Novembro de 1996. *"Hoje, usando um termo de Peter Drucker, um bom profissional é um trabalhador do conhecimento aplica conhecimentos teóricos ou analíticos especializados, tem flexibilidade e capacidade para obter informações e atuar com base nelas. A velocidade das inovações, no âmbito da gestão pública e privada, exige profissionais atentos e capazes de ler, interpretar e incorporar novas idéias a cada dia. As inovações introduzidas no setor produtivo, na década de 70, duravam, em média, dois anos. Na década de 90 duram sets meses".*

A universidade, apesar de suas peculiaridades e especificidades, é (também) uma organização e como tal deve buscar a competitividade sob pena de inviabilizar-se. Deve, então, adotar essa postura com mais firmeza e determinação para não correr o risco de sucumbir ante a concorrência de outras organizações, não tão pretensiosas, que se proponham a ocupar o seu espaço "produzindo" mão-de-obra e tecnologia puramente operacionais. Nesse momento em que as organizações passam por grandes transformações a eficácia da gestão universitária está condicionada à capacidade de adequar os atributos gerenciais exigidos na área empresarial (competitividade e compromisso com resultados) aos objetivos mais elevados da academia (produzir e difundir conhecimento) tarefa que, convenhamos, não é nada fácil. A idéia romântica da instituição imutável e inabalável não tem mais como sobreviver ao realismo do mundo moderno. Contudo, a universidade pública brasileira resiste a modernizar-se, pressionada pelo "dogmatismo telúrico" da independência científica frente aos objetivos mercadológicos que soam como ameaças ao purismo da academia.

Esta situação está bem espelhada no já citado artigo da professora Lia Hasenclever quando, reportando-se especificamente aos cursos de economia, observou: *"A UNICAMP, por exemplo, se orgulha de formar uma elite pública de profissionais que ocupam cargos na*

## BRASILEIRA: SUFICIÊNCIA

*área econômica ou se integram ao sistema de ensino e pesquisa universitária, deixando claro que não está interessada em formar assessores de banqueiros ou gerentes de empresas. Entretanto, se todos os cursos fizerem a mesma opção, os economistas estarão deixando de estar preparados para ocupar um espaço profissional na área da gestão privada - um espaço tão importante quanto o primeiro em prol do melhor funcionamento e planejamento das instituições econômicas de nosso país, no contexto de intensas transformações.*

Neste momento, antecipar-se ao caos que se vislumbra - decorrente do anacronismo administrativo, do equívoco de objetivos e do acelerado processo de sucateamento a que está sendo submetida - é uma questão de sobrevivência que a universidade pública precisa urgentemente encarar. No mistério, uma lição importante que as universidades públicas deveriam assimilar das empresas privadas seria a agilidade nos processos decisórios e de mudanças. A cultura da acomodação e do adiamento que reina nas instituições oficiais acarreta prejuízos incalculáveis aos cofres públicos, além do ônus social que atinge a população como um todo. Isso se deve principalmente à excessiva burocratização de processos e rotinas, justificada pela "necessidade" de preservar a integridade das ações administrativas. Trata-se de uma situação atípica de saneamento em que a prevenção se torna mais onerosa que a cura da doença. Por outro lado, o tempo perdido e as oportunidades desperdiçadas são irrecuperáveis. Como dizia Heraclito: "Ninguém toma banho duas vezes no mesmo rio".

Apesar do perigo potencial de se estar embarcando em aventuras experimentais, a modernização administrativa das organizações universitárias, mais do que uma necessidade, é uma imposição conjuntural. A universidade pública brasileira, vitimada pela sua complexão paquidérmica e gestão desprofissionalizada, foi ao longo do tempo minada pelo avanço da obsolescência em seus recursos estruturais, incluindo-se aí o sistema administrativo. Ressalte-se, contudo, que da mesma forma que a adoção equivocada de uma opção teórico-metodológica de vanguarda pode destruir toda uma organização, persistir na acomodação e na mesmice também, pode inviabilizá-la definitivamente. Assim sendo, somente a gestão especializada poderá conduzir a organização universitária a um futuro não aventureiro, respeitando suas peculiaridades e especificidades ●

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA é professor e Chefe do Departamento de Economia da UFPI.

## UNIVERSIDADE-EMPRESA: UMA BOA PARCERIA

TIAGO CARDOSO ROSA\*

A relevância que vem assumindo as relações universidade-empresa, como política de desenvolvimento econômico-industrial em muitos países, tem despertado os órgãos governamentais de política científica, as organizações empresariais e administradores universitários para o estabelecimento e intensificação de tais consórcios como estratégia de importância maior, quer quanto a melhoria da competitividade dos setores produtivos nacionais em mercados altamente dinâmicos e ainda, também, assegurar novas formas de captar recursos essenciais ao financiamento da pesquisa universitária.

A articulação entre universidade e o mundo produtivo brasileiro é de certa forma ainda modesta, devido à posição que o país tem no conceito da divisão internacional do trabalho. Esta posição teve como responsabilidade o modelo de política econômica adotado no após segunda guerra mundial que se caracterizava, principalmente, pela importação de tecnologia, quando se devia fortalecer uma política científica e tecnológica orientada para a autonomia do país. Desta forma, quando se definia uma política para o ensino superior dando ênfase à pesquisa científica e tecnológica e ainda um extenso programa de formação de cientistas objetivando à efetivação de um projeto científico nacional, a política econômica-industrial se desenvolvia através de contratos para a assistência técnica e uso de patentes pelas empresas brasileiras, bem como de incentivos à instalações de empresas estrangeiras.

Como estes dois comportamentos necessitavam de capacitação científica interna e, na universidade estaria a solução, a realidade produtiva e o mundo acadêmico, apesar da desconfiança de ambos os lados no que se refere aos seus objetivos, as características da economia atual está exigindo que empresários e o meio universitário, num esforço conjunto, estabeleçam e intensifiquem estas relações como forma de garantirem ao país uma posição mundial. Esta posição só será conseguida pelo desenvolvimento da pesquisa básica que é responsável pelas inovações tecnológicas fundamentais ao setor produtivo na geração de produtos e serviços nas preferências das demandas sociais.

Mudanças que estão correndo na economia globalizada têm mostrado que o modelo de importação de tecnologia, cada vez mais vem demonstrando menos eficácia, diante de um acelerado processo de inovações tecnológicas que tem como base a pesquisa básica. O país que não tem o domínio desse tipo de pesquisa (básica) terá muita dificuldade em gerar uma produção gerenciada nas

características dessa realidade pós-moderna.

Neste construto, diversas políticas de modernização industrial estão sendo abordadas. Uma dessas políticas que está se destacando e considerada de posição estratégica é a de maior aproximação das empresas com as universidades, na expectativa de imitar o sucesso que estas relações costumam ter nos países desenvolvidos.

Resultados positivos, embora pontuais, desse tipo de consórcio têm levado reitores e empresários a defender a necessidade de programas nacionais de incentivo à aproximação entre estes dois mundos: Universidade e Empresa, esta consolidação se efetivará com a criação de projetos que incentivem estas relações e as universidades instituem organismos internos com o objetivo de promovê-las e administrá-las, como vem acontecendo nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos.

O estabelecimento destas relações não se dá sem contudo modificar algumas atitudes, quer do lado da pesquisa acadêmica e ainda das funções organizacionais tradicionais da universidade. A aproximação entre estes dois mundos tem resultado em modificações importantes nas atividades de ensino e da pesquisa universitária. Com relação a esses consórcios surgem duas vertentes: uma defende que esta articulação é de importância capital para a universidade na busca de sua liberdade financeira - esta observa o lado prático da questão. A outra vertente, vocacionada por alguns, vê estes consórcios como ameaças à tradição secular da universidade enquanto instituição preservadora do ideal da ciência como um bem coletivo. Esta não admite que a pesquisa acadêmica tenha influência externa e sim seja emanada do próprio comportamento especulativo do pesquisador. As características da economia mundial nessa realidade pós-industrial não admite esse tipo de atuação do meio universitário, com relação a uma universidade fechada sem prestar contas de suas ações a comunidade que a financia e nem tão pouco ajudar o país num processo de desenvolvimento econômico-industrial, participando na construção de uma pesquisa voltada para a utilização e modernização dos setores produtivos nacionais ●

TIAGO CARDOSO ROSA é professor de Economia da UFPI e Mestre em Gestão Universitária.

(Firmino Filho - Prefeito Municipal de Teresina)

# A UNIVERSIDADE P MUDAR PARA SOBR

## UNIVERSIDADE

**E**stamos vivendo os últimos dias de um modelo antigo de universidade que tem seus recursos financeiros oriundos de Brasília. Devemos construir um outro modelo de universidade que vai estar mais perto do poder local e das características de cada uma das cidades, dos Estados e das regiões. Uma universidade com muito mais autonomia político-administrativa é financeira. Porém, a velocidade da transição entre o modelo antigo e o novo dependerá justamente da capacidade de adaptação dos seus agentes.

Não acreditamos que a luta da universidade deva ser por questões pontuais, por salários, por verbas para educação. A luta da universidade é para que ela tenha flexibilidade de se adequar às novas demandas da sociedade e de superar os problemas que ela enfrenta hoje. Não vamos querer que a Universidade Federal do Piauí resolva seus problemas a partir de Brasília, ela vai superar as suas dificuldades a partir do trabalho desenvolvido pelos nossos professores, nossos agentes administrativos e nossa comunidade. Este é o modelo que está surgindo pouco a pouco. Mas para que isso aconteça temos que ter flexibilidade e jogo de cintura para adaptar-nos a esta nova situação. Se ficarmos na atitude de não permitir mudanças no nosso comportamento vamos tornar cada vez mais longo e penoso o processo de transição.

A grande fonte de demanda para o economista hoje está no setor privado, mas temos que adequar a formação do nosso

estudante à realidade do mercado. Não adianta você proporcionar uma boa formação histórica para o economista quando, na realidade, ele necessita de um mínimo de instrumental de contabilidade, de direito, de administração para ser bem sucedido numa empresa privada. Neste processo de mudança exige-se, por parte dos agentes, uma certa humildade para se desfazerem de algumas posições que no passado eram relevantes, eram importantes e que hoje já não são. Eu vejo com muita preocupação o fato de formarmos seis, sete, dez economistas por ano e esses

**"A luta da Universidade é para que ela tenha flexibilidade de se adequar às novas demandas da sociedade e de superar os problemas que ela enfrenta hoje."**

economistas, mesmo nesta quantidade tão pequena, não terem uma aceitação no mercado. É realmente uma pena. Eu acho que temos que ter flexibilidade e mudar para se adequar à nova realidade.

## GLOBALIZAÇÃO

A globalização existe, independente de que se queira ou não. Na verdade, o que devemos nos preocupar é a forma de inserção do Piauí na economia nacional e no processo de internacionalização, que se convencionou chamar de globalização. Precisamos ter uma postura mais ativa e ágil dentro do processo para que possamos colher frutos e não ficar apenas com o ônus. No entanto, tem que haver um movimento político para

que se reverta a situação da estrutura econômica do Piauí hoje. Através do voto, na medida que a população escape do fisiologismo, da cultura clientelista e passe a votar em forças que tenham compromisso com as mudanças objetivas do Estado, mudanças na área da economia, na área social e na área política. Já existem forças no Piauí que são capazes de fazer esta mudança. Temos muita coisa para fazer, mas temos que buscar isso através da luta política.

Em termos de políticas públicas, teremos que ter diretrizes bem definidas, projetos bem claros, programas bem delineados, ou seja, precisamos ter um rumo na questão do emprego e renda, na industrialização, na comercialização, nos serviços, na área da educação, da saúde, enfim, precisamos montar para o Estado um projeto de desenvolvimento que seja globalizante e que tenha raízes baseadas numa análise sólida da nossa economia e da nossa sociedade. A partir disso, coloca-se a máquina pública a serviço desse projeto.

## TERESINA

Com relação a Teresina, a Prefeitura é a continuidade de um processo administrativo e também uma mudança. A forma de administrar é aquela iniciada pelo professor Wall Ferraz e continuada pelo Chico Gerardo. A Prefeitura tem um sistema, que antes era informal e agora é formal, de escuta das demandas populares, faz o processamento



# RECISA EVIVER

disso e retorna às comunidades realizando obras que dão maior resposta social. O calçamento, a galeria, o asfalto, a melhoria habitacional, a legalização da posse da terra, enfim, a Prefeitura faz aquilo que pode, pequeno, médio ou grande, mas que tem sempre um grande alcance social.

Queremos deixar para Teresina políticas de longo prazo, diretrizes, programas bem delineados que façam enfrentamento aos principais problemas da cidade. Não só os problemas setoriais, mas também das questões do ponto de vista global. A medida que esse mecanismo começa a girar, desde que se tenha recursos, mostramos resultados para a cidade, ou seja, é uma mistura do modelo antigo com uma visão mais de planejamento.

Queremos institucionalizar a intervenção da Prefeitura na cidade. É um processo difícil, mesmo porque, nossa cultura política tende a ser contra regras e diretrizes. É preciso superar nossa tendência de trabalhar mais no caso a caso, no varejo. O projeto Vila Bairros atua nas áreas periféricas, nas vilas e favelas. O projeto Prefeitura nos Bairros atua naquelas áreas onde já existem a infra-estrutura urbana definida, mas que tem problemas específicos ou problemas adicionais que a Prefeitura precisa de alguma forma resolver.

Criamos o programa Revitalização do Centro; o projeto Lagoa do Norte; e o Encontro das Águas, que é uma mostra do que queremos para toda aquela região que é uma das nossas belezas naturais. O projeto Viva Rios busca oferecer uma destinação turística aos rios, pouco a pouco procuramos fazer a cidade retornar aos rios●



**Firmino da Silveira Soares Filho**

- Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
- Mestre em Economia pela Universidade de Illinois - EUA.
- Professor de Economia da Universidade Federal do Piauí - UFPI (concurado).
- Auditor do Tribunal de Contas da União (concurado).
- Foi Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Teresina no período de 01/01/93 a 31/05/96.

## FORMAÇÃO DO ECONOMISTA X MERCADO DE TRABALHO

MARLA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO\*

Recentemente foi instituída junto à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas uma Comissão responsável pela análise do atual currículo.

Compondo essa Comissão sentimos a necessidade de escrever este artigo. Inicialmente, por acreditarmos que não existe currículo acabado, imutável, pronto. Acreditar nessa eternidade seria negar que o mundo se move e se desenvolve permanentemente e que o desaparecimento do velho e o nascimento do novo constituem uma lei do desenvolvimento da sociedade.

Segundo, por considerarmos que a discussão que perpassa hoje nos corredores da UFPI de que existe uma predominância de disciplinas teóricas sobre as disciplinas práticas e que o currículo não prepara estudantes para o mercado de trabalho, além de falsa, na realidade, camufla o verdadeiro debate que professores, estudantes, profissionais e entidades de economistas devem desenvolver com o objetivo de deixar claro qual a formação, identidade e função do economista na sociedade.

Propor formar profissionais, apenas, para o mercado de trabalho, como defendem alguns colegas nos parece um equívoco, pois levaria a necessidade de se elaborar currículos conjunturais o que é absolutamente antiacadêmico.

Esse fato se agrava quando vemos que a nova ordem internacional em implantação se caracteriza, por um lado, pelo crescente processo de hegemonização do Projeto Neoliberal, balizado no desmonte do Estado, redundando na privatização indiscriminada de empresas estatais, trazendo graves conseqüências para o patrimônio público. Podemos ilustrar essa constatação através de um trecho do excelente artigo publicado no órgão informativo do CORECON - PI, ano II, nº 45, junho 96 "O Governo propõe trocar patrimônio por divisas, prometendo à população recuperar o equilíbrio financeiro do setor público. Mas, não é isso que faz. Quando o programa começou, a dívida mobiliária do governo era de 55 bilhões de dólares, e hoje ela ultrapassa os 100 bilhões. Privatizamos todo o segmento siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes por cerca de 9 bilhões e a dívida, só no período pós Real foi aumentada em mais de 50 bilhões...".

Por outro lado, está em curso uma reestruturação produtiva do capitalismo, resultante da revolução científica e tecnológica. Brotam dessa transformação novas tecnologias, como a informática,

a robótica, a automação etc... acelerando o chamado "desemprego estrutural", com a extinção em massa de postos de trabalho.

Uma vez que não há possibilidades concretas de se extinguir o "posto" do economista, preparar profissionais, apenas para o mercado de trabalho conjuntural - técnicos, numa realidade de profunda crise de emprego e na qual as técnicas são rapidamente substituídas, decorrentes das inovações tecnológicas, não seria, de antemão, formar desempregados?

Por isso, esse chamamento para a reflexão sobre o currículo de economia. E, a justificamos na crença de que a busca da identidade do economista, passa necessariamente pelo entendimento de sua função no contexto da sociedade capitalista. Função essa, que a nosso ver se consubstancia na condição para analisar, interpretar e propor mudanças na sociedade na qual está inserido.

Essa crença está em sintonia com os princípios norteadores do atual currículo, contidos na Resolução nº 11 do Conselho Federal de Educação de 1984, os quais são:

1 - O Curso de Ciências Econômicas deve ser um todo articulado, preservando o caráter plural de forma a proporcionar ao estudante a informação e as críticas das várias propostas de interpretação da realidade enquanto objeto de pesquisa científica e enquanto ação;

2 - O curso deve estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, social, política e econômica, supondo uma sólida formação teórica, histórica e metodológica;

3 - O curso deve transmitir ao estudante boa cultura geral, adequada formação técnica, espírito de pesquisa, capacidade de raciocínio lógico e analítico e capacidade de expressão oral e escrita.

Em conformidade com esses princípios, concordamos que o atual currículo de economia carece de modificações. Contudo, o debate não deve e não pode se concentrar na pseudo dicotomia técnica - ciência ou como é comumente chamada teoria e prática. Balizar a discussão nesse paradigma, no nosso entendimento, é desconhecer a prática de pesquisa e difusão do conhecimento, como parte integrante do mercado de trabalho.

A defesa dessa visão, na realidade, significa, analisar o mundo de forma pragmática, sustentada na recusa da teoria sob o pretexto do lema de que "na prática a teoria é outra", presumindo que a prática é possuidora de uma teoria espontânea e que o processo de conhecimento se completa na dialética do se "aprende fazendo".

Essa posição leva, por um lado, a priorização de disciplinas de caráter operativo, mais facilmente entendidas do que as disciplinas de caráter teórico, levando por outro lado, a uma maior especialização por parte dos alunos, o que poderia proporcionar-lhes melhores condições de aceitabilidade no mercado de trabalho. Essa visão, na realidade, está associada a uma estratégia oportunista

de que a especialização implica necessariamente em simplificação do conteúdo das tarefas realizadas e, portanto, na desqualificação do trabalho.

Concordar com essa proposição, é concordar também que cabe à Universidade ser um mero instrumento de simulação de situação profissional no mercado de trabalho. Entrementes, nosso entendimento sobre a função da Universidade é muito mais ampla. Para nós, a Universidade se constitui em um locus privilegiado da produção, reprodução e disseminação do saber, da ciência e tecnologia.

Compreendemos que essa falsa dicotomia não possui nenhuma correspondência com qualquer oposição teoria-prática, na medida em que entendemos que o domínio da técnica pressupõe o conhecimento teórico e que a produção científica tem no seu instrumental técnico em elemento integrado ao seu registro de investigação, fazendo parte, portanto, de seu princípio da realidade.

Ao lado da necessária discussão ampla e profunda sobre o currículo, tem-se que debater também a metodologia de ensino. A exigência desse debate urge derivado do professor de economia em geral não receber nenhuma formação pedagógica. O mesmo possui o conhecimento das Ciências Econômicas condição necessária, mas não suficiente, para se tornar professor-educador.

Essa situação aumenta a responsabilidade do corpo docente, que deve propor soluções que possibilitem melhoria substancial no processo de ensino - aprendizagem. O professor deve criar condições para que o aluno possa desenvolver a capacidade própria de estudar, de aprender a aprender, de pensar, de refletir e de raciocinar sobre e a partir do assunto em pauta, para que o mesmo tenha condições de relacionar os aspectos teóricos - conceituais com a realidade social.

Portanto, colegas de comissão, professores, estudantes, profissionais e entidades de economistas, nós temos grandes desafios a enfrentar se realmente pretendemos um ensino de economia que contribua para a formação de um profissional dinâmico, capaz de articular o conhecimento com as transformações exigidas pela sociedade e de estabelecer seu compromisso com a solução dos problemas da maioria da população brasileira. Esses se constituem nos pontos básicos iniciais que gostaria de expor para reflexão sobre o atual currículo de economia. ●

MARLA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO é professora de Economia da UFPI e Mestre em Economia Rural pela UFPB.

## CORECON/PIAUI: COMPROMISSO COM A PÓS-MODERNIDADE

A postura do economista em sintonia com os novos padrões e desafios contemporâneos

ELLAS SILVA & SALES\*

Há pouco mais de um ano, o Conselho Federal de Economia - COFECON, lançou a público o novo Código de Ética Profissional do Economista, acompanhado também, em anexo, da legislação básica que regulamenta a profissão. Datado de agosto de 1996, o atual código procura atender a necessidade de ajustar a postura do economista aos novos padrões e desafios contemporâneos de um mundo cultural e economicamente globalizado.

Durante um dos simpósios realizados pela entidade foi recomendado que se fizesse a revisão do código antigo, para isso instituiu-se alguns fóruns regionais como orientadores da discussão. "Na verdade, as mudanças foram mais com relação aos avanços, não é que algo se torne aéreo, mas às vezes era apenas uma mera peculiaridade que naquela situação valia e que atualmente é irrelevante", admite Antônio Pádua Carvalho, presidente do Conselho Regional de Economia do Piauí.

Basicamente, três entidades representam os economistas: os institutos, os sindicatos e os conselhos de economia. Aqui no Piauí funcionam apenas o sindicato dos economistas e o Conselho Regional de Economia - CORECON. "Nós nos organizamos e colocamos a disposição da sociedade mecanismos capazes de acompanhar o exercício profissional, não só das pessoas legalmente credenciadas a exercer a profissão, mas também dos colegas que devem ser fiscalizados para que não cometam atos contra a ética e contra os interesses da sociedade" explica Pádua Carvalho.

No caso do Piauí, o Conselho tem sido, ainda, um grande estimulador da criatividade e da produção intelectual. Já promoveu cursos e fóruns em parceria com a Universidade Federal do Piauí e com outras entidades de classe. "Nós estamos fiscalizando e ao mesmo tempo trabalhando com os nossos colegas para que eles se aperfeiçoem e possam atuar em diversas áreas", diz Pádua.

"Nós conseguimos, por exemplo, capacitar peritos na área trabalhista,

que nós achamos que não é só uma área do economista, mas também de outras profissões, por isso estendemos o curso para os advogados", informa Pádua. Acrescentando que, recentemente a entidade promoveu um curso em parceria com o TRT (Tribunal Regional do Trabalho), em que participaram juizes, advogados e técnicos do órgão.

Aproveitando o dia 13 de agosto - DIA DO ECONOMISTA, o CORECON promoveu a SEMANA DO ECONOMISTA com a realização do painel "O plano real e a sociedade", que teve como palestrantes o Prefeito de Teresina, economista Firmino da Silveira Filho, o Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, economista Antônio Cezar Cruz Fortes e o professor da UFPI, William Jorge Bandeira.

Já é o terceiro ano consecutivo que o CORECON/PI distribui prêmios para economistas que fazem monografias. Este ano, durante a Semana do Economista, foi entregue um computador para o aluno e outro para o professor que tiveram as melhores monografias escolhidas. Para o segundo colocado entre os professores foi pago R\$ 800,00 e distribuídos títulos de Honra ao Mérito para os cinco participantes. O Conselho pretende, ainda, fazer a edição destes trabalhos.

Os conselhos são criados por lei federal e são autarquias públicas. Segundo Pádua Carvalho, atualmente há uma tendência para que os conselhos deixem esta condição e passem a ser uma espécie de entidade não governamental agregando os profissionais liberais da área de economia. "Dessa maneira, vai estar no conselho quem quer e o espaço dos economistas vai ser do tamanho da participação de cada um de nós", conclui Pádua.

Os conselhos regionais têm uma estrutura pequena que prevê a participação de nove conselheiros efetivos e nove suplentes. Todo ano, um terço destes conselheiros são renovados através de uma eleição em que os economistas votam também

na escolha do chamado delegado - eleitor. Do Piauí, todo ano vai um delegado - eleitor para eleger o presidente do Conselho Federal, em Brasília.

Depois que o terço está recomposto, eles se reúnem com os 2/3 antigos e compõem a executiva. A Executiva do Conselho, no caso do Piauí, é composta por um presidente e um vice-presidente. O presidente tem um mandato de um ano, podendo ser renovado. Os conselheiros se dividem em comissões que são criadas de acordo com as normas federais: a *Comissão de Valorização Profissional* que faz a promoção dos eventos e dos cursos, a *Comissão de Finanças* que fiscaliza as contas do conselho e a *Comissão Editorial* que cuida da publicação do boletim da entidade •

ELLAS SILVA & SALES é aluno do Curso de Comunicação Social e bolsista do Decon.

## CONGRESSO

• Realizou-se em Fortaleza-CE, no período de 09 a 12 de setembro de 1997, o XII Congresso Brasileiro dos Economistas. Foi um momento de integração entre os profissionais de economia que debateram os temas Miséria, Bem Estar Social e Cidadania num mundo Globalizado; A Questão do Desenvolvimento Regional; Estado e Desenvolvimento na Passagem do Século, entre outros. Os professores do Departamento de Ciências Econômicas que participaram do evento foram: Jonas Rocha, Luiz Carlos Rodrigues Cruz, Maria Elizabeth Duarte Silvestre, Antônio Pádua Silva dos Santos, Antônio de Pádua Carvalho (Presidente do Conselho Regional de Economia - 22ª Região Piauí) e Lysia Bucar Lopes de Sousa. Participaram também do congresso, dez alunos do curso de economia da UFPI.

## INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	IGP-DI FGV	IGP-M FGV	INPC IBGE	IPC FIPE	IPCA IBGE	ICV DIESSE	TR %	TAXA DE CÂMBIO COMERCIAL PARALELO	POUPANÇA (1)
JAN/96	1,79	1,73	1,46	1,82	1,34	4,59	1,2526	0,9790	1,65
FEV	0,76	0,9	0,71	0,40	1,03	0,05	0,9625	0,9842	1,64
MAR	0,22	0,40	0,29	0,23	0,35	1,04	0,8139	0,9880	1,36
ABR	0,70	0,32	0,93	1,62	1,26	1,14	0,6597	0,9880	1,22
MAI	1,69	1,55	1,28	1,34	1,22	1,61	0,5888	0,9984	0,94
JUN	1,22	1,02	1,33	1,41	1,19	0,91	0,6099	1,0045	1,33
JUL	1,09	1,35	1,20	1,31	1,11	2,34	0,5851	1,0112	0,89
AGO	0,00	0,28	0,50	0,34	0,44	-0,26	0,6275	1,0169	1,02
SET	0,13	0,10	0,02	0,07	0,15	0,10	0,6620	1,0215	1,26
OUT	0,22	0,19	0,38	0,58	0,30	0,32	0,7419	1,0276	0,97
NOV	0,28	0,20	0,34	0,34	0,32	0,32	0,8146	1,0332	1,36
DEZ	0,88	0,73	0,33	0,17	0,47	0,38	0,8717	1,0394	1,29
JAN/97	1,58	1,77	0,81	1,23	1,18	2,12	0,7440	1,0461	1,24
FEV	0,42	0,43	0,45	0,01	0,50	0,46	0,6616	1,0515	1,42
MAR	1,16	1,15	0,68	0,21	0,51	0,50	0,6316	1,0593	1,12
ABR	0,59	0,68	0,60	0,64	0,88	1,08	0,6211	1,0638	1,04
MAI	0,30	0,21	0,11	0,55	0,41	0,01	0,6354	1,0717	1,22
JUN	0,70	0,74	0,35	1,42	0,54	0,99	0,6535	1,0769	1,18
JUL	0,09	0,09	0,18	0,11	0,22	0,55	0,6580	1,0834	1,00
AGO	-0,04	0,09	-0,03	-0,76	-0,02	-0,28	0,6770	1,0916	1,27
SET	0,59	0,48	0,10	0,01	-0,05	0,11	0,6474	1,0961	1,11

FONTES: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE SÃO PAULO - CORECON, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO PIAUÍ (POUPANÇA)

(1) Crédito do dia 28 de cada mês

PERÍODO	IPC CEPRO	CUSTO CESTA BÁSICA-CEPRO R\$
JAN/97	1,74	76,19
FEV	0,59	75,96
MAR	0,55	79,32
ABR	0,71	86,67
MAI	0,95	79,81
JUN	1,07	73,42
AGO	-0,18	70,25
SET	0,69	70,47

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

## Expediente:

INFORME ECONÔMICO  
ANO 1 - Nº 02 - SETEMBRO DE 1997  
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL  
EDITADO PELO DEPT. DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI  
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOIRA VIEIRA - DECON  
COLABORAÇÃO: ECONOMISTA ARMANDSON C. GOMES - DECON  
PROJETO GRÁFICO: PROF.ª ELIMIRA SIMÃO - DEPT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI  
EDITORAÇÃO GRÁFICA: ELLAS SALES  
IMPRESSÃO GRÁFICA DA UFPI  
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CAMPUS INICIA - TERESINA - PIAUÍ  
CEP 64.008-550 - FONE: (086) 233-1212 ramal 341 FAX: (086) 233-2812

# INFORME

● O professor do Departamento de Ciências Econômicas, Luiz Carlos Rodrigues Cruz - Puskas, coordenará a implantação do Núcleo de Apoio dos Municípios Piauienses - NAMP. Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, o NAMP propõe viabilizar a integração dos diversos setores da UFPI na elaboração e execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos municípios piauienses. Além do NAMP, o professor Puskas coordenará o Programa Universidade Solidária 1998 na UFPI. As ações previstas pelo Universidade Solidária - UFPI serão desenvolvidas nos municípios de Oeiras-PI e Jeremoabo-BA.